CONTRATO Nº 026/2025

COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.133/2021

PROCESSO DE ORIGEM
Pregão Eletrônico Nº 007/2025
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 020/2025

OBJETO CONTRATUAL
Contratação de empresa para aquisição de Material de Construção para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Piauí/PI.

VALOR CONTRATUAL
R$ 254.576,80 (duzentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e setenta e seis reais e oitenta centavos)

VIGÊNCIAS CONTRATUAL
INICIAL: 26 de Junho de 2025
FINAL: 26 de Junho de 2026

DADOS DO CONTRATANTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO PIAUÍ/PI, CNPJ nº 41.522.244/0001-11
Av. Joaquim Castelo Branco, n° 337, Bairro Centro, Cidade Santa Rosa do Piauí, Estado do Piauí
Marlon Rodrigues de Sousa

DADOS DO CONTRATADO
ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS NETO LTDA, CNPJ nº 34.349.810/0001-70
Cajazeiras do Piauí, 447, Centro, Cajazeiras do Piauí, Piauí
NETOENG12@HOTMAIL.COM, (86) 99998-9451 | (86) 99998-9451,
Antonio Pereira dos Santos Neto, CPF nº 008.097.913-07

PREÂMBULO

Aos 26 de Junho de 2025, a Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Piauí – PI, inscrita no CNPJ nº 41.522.244/0001-11, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 – O presente instrumento tem por objeto Contratação de empresa para aquisição de Material de Construção para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Piauí/PI, de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente Contrato é de R$ 254.576,80 (duzentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e setenta e seis reais e oitenta centavos), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO

[COTA RESERVADA ME/EPP] - Lote 02 - MATERIAL DE CONSTRUÇÃO						
Item	**Descrição**	**Marca**	**Unidade**	**Quant.**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
2	[COTA RESERVADA ME/EPP] - AREIA FINA	DRAGA	M3	20	R$ 85,00	R$ 1.700,00
4	[COTA RESERVADA ME/EPP] - AREIA GROSSA	DRAGA	M3	20	R$ 85,00	R$ 1.700,00
6	[COTA RESERVADA ME/EPP] - BRITA	MINOR	M3	20	R$ 257,15	R$ 5.143,00
8	[COTA RESERVADA ME/EPP] - CARRINHO DE MAO METALOSAGALVAN.CAMARA	TRAMONTINA	UND	5	R$ 227,62	R$ 1.138,10
10	[COTA RESERVADA ME/EPP] - CARRINHO DE MAO METALOSA PRETOCAMARA	TRAMONTINA	UND	7	R$ 256,39	R$ 1.794,73
12	[COTA RESERVADA ME/EPP] - CARRINHO DE MAO METALOSA PRETOMACICO	TRAMONTINA	UND	3	R$ 252,12	R$ 756,36
14	[COTA RESERVADA ME/EPP] - COLHER DE PEDREIRO Nº 09	TRAMONTINA	UND	4	R$ 31,07	R$ 124,28
16	[COTA RESERVADA ME/EPP] - DESEMPENADEIRA AÇO 12X27 CM	TRAMONTINA	UND	3	R$ 38,58	R$ 115,74
18	[COTA RESERVADA ME/EPP] - DESEMPENADEIRA PVC 17X30 CM	TRAMONTINA	UND	3	R$ 28,03	R$ 84,09
20	[COTA RESERVADA ME/EPP] - ENXADA, LÂMINA EM AÇO 2,5 LIBRAS	TRAMONTINA	UND	5	R$ 66,79	R$ 333,95
22	[COTA RESERVADA ME/EPP] - SEIXO	DRAGA	M3	15	R$ 132,50	R$ 1.987,50
24	[COTA RESERVADA ME/EPP] - TELHA COLONIAL MEDIA	FORTES	MIL	6	R$ 1.119,87	R$ 6.719,22
26	[COTA RESERVADA ME/EPP] - TELHA FIBROTEX 050X2.44MTC/4MM ESP.	FORTES	UND	200	R$ 59,00	R$ 11.800,00
28	[COTA RESERVADA ME/EPP] - TELHA ROMANA	FORTES	UND	3.000	R$ 2,20	R$ 6.600,00
30	[COTA RESERVADA ME/EPP] - TIJOLO DE 6 FUROS	FORTES	MIL	6	R$ 1.045,00	R$ 6.270,00
32	[COTA RESERVADA ME/EPP] - TIJOLO DE 8 FUROS	FORTES	MIL	8	R$ 1.358,45	R$ 10.867,60
Valor Total do Lote					**R$ 57.134,57**	

[COTA RESERVADA ME/EPP] - Lote 04 – MATERIAL DIVERSO						
Item	**Descrição**	**Marca**	**Unidade**	**Quant.**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
34	[COTA RESERVADA ME/EPP] - ALICATE DE BICO Nº 6	TRAMONTINA	UND	2	R$ 35,00	R$ 70,00
36	[COTA RESERVADA ME/EPP] - ALICATE UNIVERSAL Nº 8	FAMASTIL	UND	2	R$ 40,00	R$ 80,00
38	[COTA RESERVADA ME/EPP] - ANCINHO / CISCADOR	FAMASTIL	UND	7	R$ 20,00	R$ 140,00
40	[COTA RESERVADA ME/EPP] - BOTA SETE LEGUAS	PADO	PAR	5	R$ 50,00	R$ 250,00
42	[COTA RESERVADA ME/EPP] - CADEADO 20MM EM LATÃO CILINDRO, MOLA E HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL COM DUASCHAVES	PADO	UND	7	R$ 20,00	R$ 140,00
44	[COTA RESERVADA ME/EPP] - CADEADO 40MM EM LATÃO CILINDRO, MOLA E HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL COM DUASCHAVES	PADO	UND	7	R$ 35,00	R$ 245,00
46	[COTA RESERVADA ME/EPP] - CADEADO 50MM EM LATÃO CILINDRO, MOLA E HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL COM DUASCHAVES	3F	UND	7	R$ 45,00	R$ 315,00
48	[COTA RESERVADA ME/EPP] - CAVADEIRA AÇO 140CM – ARTICULADA	TRAMONTINA	UND	2	R$ 90,00	R$ 180,00
50	[COTA RESERVADA ME/EPP] - CORDAS EM GERAL 8.00MM	MAZZAFERRO	M	100	R$ 2,30	R$ 230,00

52	[COTA RESERVADA ME/EPP] - ESCADA DE ALUMÍNIO 6 DEGRAUS	THOMPSON	UND	1	R$ 220,00	R$ 220,00
54	[COTA RESERVADA ME/EPP] - FACÃO MATERIAL LÂMINA: AÇO Nº 20	COLINS	UND	2	R$ 40,00	R$ 80,00
56	[COTA RESERVADA ME/EPP] - FECHADURA P/PORTAO 921- 100MM PINT.	MGM	UND	7	R$ 50,00	R$ 350,00
58	[COTA RESERVADA ME/EPP] - FECHADURA SOBREPOR TIPO CAIXÃO	3F	UND	4	R$ 35,00	R$ 140,00
60	[COTA RESERVADA ME/EPP] - FECHADURA EXTERNA	SILVANA	UND	8	R$ 40,00	R$ 320,00
62	[COTA RESERVADA ME/EPP] - FOICE FOICINHA ROÇADEIRA	TRAMONTINA	UND	1	R$ 30,00	R$ 30,00
64	[COTA RESERVADA ME/EPP] - FORRA 80X210CM	CLM	UND	8	R$ 400,00	R$ 3.200,00
66	[COTA RESERVADA ME/EPP] - FURADEIRA 3/8 1200W	VONDER	UND	1	R$ 379,02	R$ 379,02
68	[COTA RESERVADA ME/EPP] - IMPERMEABILIZANTE CONCRETO TECPLUS3.6L	VEDACIT	UND	15	R$ 50,00	R$ 750,00
70	[COTA RESERVADA ME/EPP] - JANELA DE FERRO 100X100	CLM	UND	5	R$ 250,00	R$ 1.250,00
72	[COTA RESERVADA ME/EPP] - JANELAS DE ALUMI. COM VIDROS1,20X1,00M	CLM	UND	6	R$ 280,00	R$ 1.680,00
74	[COTA RESERVADA ME/EPP] - LAMINA DE SERRA	STARRET	UND	15	R$ 12,72	R$ 190,80
76	[COTA RESERVADA ME/EPP] - LONA PLÁSTICA 4X1 - LEVE	LONAX	M	75	R$ 6,86	R$ 514,50
78	[COTA RESERVADA ME/EPP] - LUVA LÁTEX AMARELA	MUCAMBO	PAR	12	R$ 10,04	R$ 120,48
80	[COTA RESERVADA ME/EPP] - LUVA MALHA	IMBAT	PAR	5	R$ 7,57	R$ 37,85
82	[COTA RESERVADA ME/EPP] - MANGUEIRA DE JARDIM 30 METROS	TRAMONTINA	UND	2	R$ 133,24	R$ 266,48
84	[COTA RESERVADA ME/EPP] - MARRETA 3KG	TRAMONTINA	UND	1	R$ 154,37	R$ 154,37
86	[COTA RESERVADA ME/EPP] - MARTELO CB MADEIRA 23CM - 8001-0	TRAMONTINA	UND	4	R$ 42,71	R$ 170,84
88	[COTA RESERVADA ME/EPP] - MASCARAS DE PROTEÇÃO PFF2	VONDER	UND	12	R$ 8,40	R$ 100,80
90	[COTA RESERVADA ME/EPP] - ÓCULOS TRANSPARENTE CONSTRUÇÃO CIVIL	VONDER	UND	12	R$ 8,99	R$ 107,88
92	[COTA RESERVADA ME/EPP] - PÁ DE BICO	TRAMONTINA	UND	7	R$ 51,56	R$ 360,92
94	[COTA RESERVADA ME/EPP] - PENEIRA GALVANIZADA ARO PVC 55CM	KALA	UND	3	R$ 95,90	R$ 287,70
96	[COTA RESERVADA ME/EPP] - PISO CERÂMICA ESMALTADA PEI4 50X50	ALMEIDA	M²	162	R$ 50,00	R$ 8.100,00
98	[COTA RESERVADA ME/EPP] - PONTALETE 2 LINHAS 1,5M - REFORÇADO	ALUMARK	UND	3	R$ 75,00	R$ 225,00
100	[COTA RESERVADA ME/EPP] - PONTEIRO DE FERRO	SAO ROMAO	UND	3	R$ 30,00	R$ 90,00
102	[COTA RESERVADA ME/EPP] - PORTA DE MADEIRA INTERNA 80X2,10CM	CLM	UND	5	R$ 210,26	R$ 1.051,30
104	[COTA RESERVADA ME/EPP] - PORTA DE ALUMÍNIO COM VIDRO80X210CM	CLM	UND	3	R$ 776,00	R$ 2.328,00
106	[COTA RESERVADA ME/EPP] - PORTA DE FERRO 80X2,10CM	CLM	UND	3	R$ 407,92	R$ 1.223,76
108	[COTA RESERVADA ME/EPP] - PORTA SAFONADA PVC 70X210CM	KEEP	UND	3	R$ 145,71	R$ 437,13

110	[COTA RESERVADA ME/EPP] - REAJUNTE DE 1KG	VOTOMASSA	UND	25	R$ 8,49	R$ 212,25
112	[COTA RESERVADA ME/EPP] - REGULADOR PARA GÁS DE COZINHA	ALIANÇA	UND	3	R$ 54,05	R$ 162,15
114	[COTA RESERVADA ME/EPP] - TALHADEIRA DE FERRO	SAO ROMAO	UND	3	R$ 32,12	R$ 96,36
116	[COTA RESERVADA ME/EPP] - TESOURA DE PODA	TRAMONTINA	UND	3	R$ 91,41	R$ 274,23
118	[COTA RESERVADA ME/EPP] - TRENA 5 METROS	STARRET	UND	2	R$ 31,52	R$ 63,04
120	[COTA RESERVADA ME/EPP] - VASSOURÃO GARI	FAMASTIL	UND	12	R$ 45,07	R$ 540,84
122	[COTA RESERVADA ME/EPP] - VITRÔ DE ALUMÍNIO 40/40	CLM	UND	4	R$ 68,95	R$ 275,80
124	[COTA RESERVADA ME/EPP] - VITRÔ DE ALUMÍNIO 50/40	CLM	UND	5	R$ 109,64	R$ 548,20
126	[COTA RESERVADA ME/EPP] - VITRÔ DE ALUMÍNIO 60/60	CLM	UND	8	R$ 131,10	R$ 1.048,80
Valor Total do Lote					**R$ 29.038,50**	

[COTA RESERVADA ME/EPP] - Lote 06 - FERRAGEM						
Item	**Descrição**	**Marca**	**Unidade**	**Quant.**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
128	[COTA RESERVADA ME/EPP] - FERRO 3/8	GERDAU	BR	50	R$ 65,00	R$ 3.250,00
130	[COTA RESERVADA ME/EPP] - FERRO 5/16	GERDAU	BR	50	R$ 45,00	R$ 2.250,00
132	[COTA RESERVADA ME/EPP] - FERRO 1/4	GERDAU	BR	50	R$ 30,00	R$ 1.500,00
134	[COTA RESERVADA ME/EPP] - FERRO 4.2	GERDAU	BR	50	R$ 15,00	R$ 750,00
136	[COTA RESERVADA ME/EPP] - ARAME, DEVE SER EM AÇO RECOZIDO N. º 18; DEVE SER INDICADO P/ CERCAS E ALAMBRADOS; DEVE SER RESISTENTE E NÃO EXIGE MANUTENÇÃO CONSTANTE NEM PINTURA; DEVE SER RESISTENTE À MARESIAS, VARIAÇÕES CLIMÁTICAS E POLUIÇÃO; APRESENTAÇÃO EM ROLOS DE 1KG.	VONDER	KG	15	R$ 15,00	R$ 225,00
138	[COTA RESERVADA ME/EPP] - ARAME – DEVE SER EM AÇO GALVANIZADO N.º 18; DEVE SER INDICADO P/ CERCAS E ALAMBRADOS; DEVE SER RESISTENTE; APRESENTAÇÃO EM ROLOS DE 1KG.	VONDER	KG	11	R$ 30,00	R$ 330,00
140	[COTA RESERVADA ME/EPP] - TRELIÇA DE 6M	GERDAU	UNID	40	R$ 40,00	R$ 1.600,00
142	[COTA RESERVADA ME/EPP] - CHAPA GALVANIZADA 70CM (0,4MM)	ELETROLITICAMENTE	M	30	R$ 100,00	R$ 3.000,00
144	[COTA RESERVADA ME/EPP] - METALON 20X20 0.75 2.80KG	TUBONASA	UNID	55	R$ 35,00	R$ 1.925,00
146	[COTA RESERVADA ME/EPP] - ESTRIBO 5.0 7X17CM	GERDAU	UNID	250	R$ 1,24	R$ 310,00
148	[COTA RESERVADA ME/EPP] - ARAME FARPADO –DEVE SER RESISTENTE E DURÁVEL NA CONTENÇÃO DE ANIMAIS; DEVE TER TRIPLA CAMADA DE ZINCO P/ GARANTIA DE MAIOR RESISTÊNCIA À CORROSÃO; DEVE SER DE FÁCIL MANUSEIO; APRESENTAÇÃO EM ROLO DE 500M.	CERCACO	UNID	8	R$ 355,00	R$ 2.840,00
150	[COTA RESERVADA ME/EPP] - ARAME GALVANIZADO - TIPO: Nº 16	VONDER	KG	8	R$ 33,74	R$ 269,92
152	[COTA RESERVADA ME/EPP] - GRAMPO: POLIDO, PARA CERCA, 7/8X12,FINO	GERDAU	KG	37	R$ 23,87	R$ 883,19

154	[COTA RESERVADA ME/EPP] - PREGO - PREGO P/ MADEIRA C/ CABEÇA –DEVE SER EM AÇO.	GERDAU	KG	10	R$ 21,09	R$ 210,90
156	[COTA RESERVADA ME/EPP] - PREGO TELHEIRO	BELENUS	UNID	10	R$ 21,00	R$ 210,00
158	[COTA RESERVADA ME/EPP] - TELA GALVANIZADA, 1,5, FIO22, GALINHEIRO	VONDER	M	50	R$ 8,23	R$ 411,50
160	[COTA RESERVADA ME/EPP] - CHAPA LAMBRIL 1,00X2,00M	VONDER	UNID	50	R$ 186,88	R$ 9.344,00
162	[COTA RESERVADA ME/EPP] - METALON 40X20 1.2MM	VONDER	UNID	6	R$ 96,60	R$ 579,60
164	[COTA RESERVADA ME/EPP] - METALON 30X20 1.2MM	VONDER	UNID	25	R$ 65,71	R$ 1.642,75
Valor Total do Lote					**R$ 31.531,86**	

[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Lote 07 - MADEIRAMENTO						
Item	**Descrição**	**Marca**	**Unidade**	**Quant.**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
165	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - LINHA DE MADEIRA, 7X16CM	POLFIO	M	638	R$ 25,00	R$ 15.950,00
167	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - CAIBROS, MATERIAL MADEIRA	POLFIO	M	1.875	R$ 6,00	R$ 11.250,00
169	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - RIPA, MATERIAL MADEIRA	POLFIO	M	4.500	R$ 3,00	R$ 13.500,00
171	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - TABUAS P/ CONSTRUÇAO, C/ ALTURA 25 CM	VALE DO IGUAÇU	M	375	R$ 49,18	R$ 18.442,50
173	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - TRILHO PARA LAJE TRELIÇADA	ENGIPEC INDUSTRIA	M	225	R$ 17,00	R$ 3.825,00
175	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - FORRO PVC	NOVA FORMA	M²	450	R$ 30,00	R$ 13.500,00
177	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - TELHA DE AMIANTO 5MM 1,10X2,44M	ETERNIT	UND	77	R$ 86,20	R$ 6.637,40
179	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - PORTA MADEIRA 0.80X2.10	MADELAR	UND	16	R$ 200,00	R$ 3.200,00
Valor Total do Lote					**R$ 86.304,90**	

[COTA RESERVADA ME/EPP] - Lote 08 - MADEIRAMENTO						
Item	**Descrição**	**Marca**	**Unidade**	**Quant.**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
166	[COTA RESERVADA ME/EPP] - LINHA DE MADEIRA, 7X16CM	MADVEI	M	212	R$ 25,00	R$ 5.300,00
168	[COTA RESERVADA ME/EPP] - CAIBROS, MATERIAL MADEIRA	MADVEI	M	625	R$ 6,00	R$ 3.750,00
170	[COTA RESERVADA ME/EPP] - RIPA, MATERIAL MADEIRA	MADVEI	M	1.500	R$ 3,00	R$ 4.500,00
172	[COTA RESERVADA ME/EPP] - TABUAS P/ CONSTRUÇAO, C/ ALTURA 25 CM	MADVEI	M	125	R$ 49,18	R$ 6.147,50
174	[COTA RESERVADA ME/EPP] - TRILHO PARA LAJE TRELIÇADA	PREMOLD	M	75	R$ 17,00	R$ 1.275,00
176	[COTA RESERVADA ME/EPP] - FORRO PVC	BARIRI	M²	150	R$ 30,00	R$ 4.500,00
178	[COTA RESERVADA ME/EPP] - TELHA DE AMIANTO 5MM 1,10X2,44M	MADVEI	UND	25	R$ 86,20	R$ 2.155,00
180	[COTA RESERVADA ME/EPP] - PORTA MADEIRA 0.80X2.10	MADVEI	UND	5	R$ 200,00	R$ 1.000,00
Valor Total do Lote					**R$ 28.627,50**	

[COTA RESERVADA ME/EPP] - Lote 10 - MATERIAL ELÉTRICO						
Item	**Descrição**	**Marca**	**Unidade**	**Quant.**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
182	[COTA RESERVADA ME/EPP] - CABO FLEX 2,5, FIO 12	COOPERLINE	M	212	R$ 2,50	R$ 530,00
184	[COTA RESERVADA ME/EPP] - CABO FLEX 4,0, FIO 10	COOPERLINE	M	125	R$ 3,00	R$ 375,00

186	[COTA RESERVADA ME/EPP] - CAIXA DE ENERGIA MONOFÁSICA	EQUATORIAL	UND	3	R$ 50,00	R$ 150,00
188	[COTA RESERVADA ME/EPP] - CAIXA DE ENERGIA TRIFÁSICA	EQUATORIAL	UND	2	R$ 140,00	R$ 280,00
190	[COTA RESERVADA ME/EPP] - CAIXA DE LUZ 4X2	TIGRE	UND	38	R$ 2,21	R$ 83,98
192	[COTA RESERVADA ME/EPP] - CLIP TRIFÁSICO	TIGRE	UND	50	R$ 1,63	R$ 81,50
194	[COTA RESERVADA ME/EPP] - CONJUNTO C/ 01 INTERRUPTOR 4X2	PLUZIE	UND	9	R$ 10,00	R$ 90,00
196	[COTA RESERVADA ME/EPP] - CONJUNTO C/01 TOMADA PADRÃO (2P+T)4X2	PLUZIE	UND	9	R$ 13,00	R$ 117,00
198	[COTA RESERVADA ME/EPP] - DISJUNTOR DIN UNIPOLAR 25A	STECK	UND	8	R$ 9,00	R$ 72,00
200	[COTA RESERVADA ME/EPP] - DISJUNTOR TRIFÁSICO 40A	STECK	UND	3	R$ 30,00	R$ 90,00
202	[COTA RESERVADA ME/EPP] - ELETRODUTO CORRUGADO 20MM	TIGRE	M	150	R$ 1,50	R$ 225,00
204	[COTA RESERVADA ME/EPP] - ELETRODUTO RIGIDO 20MM C/3M.	TICRE	PÇ	12	R$ 8,00	R$ 96,00
206	[COTA RESERVADA ME/EPP] - ESQUADRO AÇO 12X30CM CB PLAST	SAO ROMAO	UND	3	R$ 30,00	R$ 90,00
208	[COTA RESERVADA ME/EPP] - EXTENSÃO ELÉTRICA, COMPRIMENTO: 5 M.	PLUZIE	UND	2	R$ 30,00	R$ 60,00
210	[COTA RESERVADA ME/EPP] - EXTENSÃO ELÉTRICA, COMPRIMENTO: 10 M.	PLUZIE	UND	2	R$ 50,00	R$ 100,00
212	[COTA RESERVADA ME/EPP] - FIO PENDENTE 2X0,75	SIL	M	200	R$ 2,50	R$ 500,00
214	[COTA RESERVADA ME/EPP] - FITA ISOLANTE 5M	VONDER	UND	12	R$ 3,80	R$ 45,60
216	[COTA RESERVADA ME/EPP] - HASTE DE ATERRAMENTO 1M	INTELLI	UND	4	R$ 45,00	R$ 180,00
218	[COTA RESERVADA ME/EPP] - ISOLADOR DE PORCELANA 57X57	FOXTUX	UND	5	R$ 20,00	R$ 100,00
220	[COTA RESERVADA ME/EPP] - LAMPADA COMPACTA 4U 45W	ELGIN	UND	217	R$ 25,00	R$ 5.425,00
222	[COTA RESERVADA ME/EPP] - LAMPADA LED BULBO MG2600 30W	ELGIN	UND	32	R$ 26,48	R$ 847,36
224	[COTA RESERVADA ME/EPP] - LAMPADA LED BULBO MG3500 40W	ELGIN	UND	32	R$ 35,36	R$ 1.131,52
226	[COTA RESERVADA ME/EPP] - LUMINÁRIA PÚBLICA C/ CAPACETE E BOCALE27	PLUZIE	UND	37	R$ 94,36	R$ 3.491,32
228	[COTA RESERVADA ME/EPP] - QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 6N/8D	TIGRE	UND	2	R$ 89,06	R$ 178,12
230	[COTA RESERVADA ME/EPP] - REFLETOR 200W TR LED 200	AVANT	UND	25	R$ 132,96	R$ 3.324,00
232	[COTA RESERVADA ME/EPP] - REFLETOR 150W E27	AVANT	UND	5	R$ 117,75	R$ 588,75
234	[COTA RESERVADA ME/EPP] - REFLETOR LED SLIM.BR.50W BIV	AVANT	UND	5	R$ 47,65	R$ 238,25
236	[COTA RESERVADA ME/EPP] - RELE FOTO ELETRICO LINCE 100W/1800VA	AVANT	UND	37	R$ 43,97	R$ 1.626,89
238	[COTA RESERVADA ME/EPP] - RELE FOTO ELETRICO C/BASE BIV. QR51 5609	AVANT	UND	37	R$ 42,40	R$ 1.568,80
240	[COTA RESERVADA ME/EPP] - SOQUETE P/LAMPADA FLUORESCENTE	FOXLUX	UND	25	R$ 2,81	R$ 70,25
242	[COTA RESERVADA ME/EPP] - TUBO BENGALA C/03MTS	KEEP	UND	7	R$ 14,94	R$ 104,58
244	[COTA RESERVADA ME/EPP] - T ELÉTRICO ADAPTADOR TOMADA	KEEP	UND	5	R$ 15,71	R$ 78,55

Valor Total do Lote	**R$ 21.939,47**

Valor Total	**R$ 254.576,80**

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.4 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de 26/06/2025 e encerramento em 26/06/2026, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

4.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.

6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
6.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.
7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Piauí e Outras Fontes deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
UNIDADE: 02 01 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CLASSIFICAÇÃO: 04.122.0005.2040.0000 Manutenção dos Serviços de administração geral
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

9.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

9.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.

10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas,

sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa** de:

i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "a", "b", "c" e "d" do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade

no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.12 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Oeiras - PI, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Santa Rosa do Piauí – PI, 26 de Junho de 2025.

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

_____
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO PIAUÍ/PI
Marlon Rodrigues de Sousa
Prefeito Municipal

PELA CONTRATADA

_____
ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS NETO LTDA
CNPJ nº 34.349.810/0001-70
ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS NETO
CPF nº 008.097.913-07
Sócio – Administrador

TESTEMUNHAS

_____ _____

NOME: NOME: